



Psicologia & Sociedade

ISSN: 0102-7182

revistapsisoc@gmail.com

Associação Brasileira de Psicologia Social
Brasil

do Amaral Dias, Maria Dionísia
JOVENS TRABALHADORAS E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO
Psicologia & Sociedade, vol. 26, núm. 2, 2014, pp. 93-102
Associação Brasileira de Psicologia Social
Minas Gerais, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=309332930010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc



Sistema de Informação Científica
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

JOVENS TRABALHADORAS E O SOFRIMENTO ÉTICO-POLÍTICO
TRABAJADORES JÓVENES Y EL SUFRIMIENTO ÉTICO-POLÍTICO
YOUNG FEMALE WORKERS AND THE ETHICAL-POLITICAL SUFFERING

Maria Dionísia do Amaral Dias

Universidade Estadual Paulista, Botucatu/SP, Brasi

RESUMO

O artigo analisa a vivência de trabalhadores jovens, numa perspectiva da psicologia sócio-histórica, com base em estudo de caso com trabalhadoras, de 17 a 24 anos, de indústrias de confecção de uma cidade do interior paulista. Discute como a política de afetividade no trabalho opera no bloqueio à liberdade e ao pleno desenvolvimento, distanciando jovens trabalhadores de seus próprios afetos, da sua singularidade, configurando um sofrimento ético-político que afeta a saúde, concebida como potência de ação, o que caracteriza o trabalho como uma forma de inclusão perversa. Num contexto em que se busca garantir a inserção dos jovens no mercado de trabalho, o artigo discute outra face da questão, a realidade de jovens que trabalham, relacionando essa experiência às questões de saúde e formação para seu futuro, considerando-se a importância dessa fase do desenvolvimento humano.

Palavras-chave: saúde do trabalhador; saúde do jovem; sofrimento ético-político; saúde mental; trabalho.

RESUMEN

El artículo examina las experiencias de los trabajadores jóvenes desde la perspectiva de la psicología socio-histórica, basado en un estudio de caso con trabajadores, 17 a 24 años, de industrias de una ciudad en el estado de São Paulo. Discute cómo la política del afecto en el trabajo opera en el bloqueo de la libertad y el pleno desarrollo, lo que distancia los trabajadores jóvenes de su singularidad, que se ofrece como un sufrimiento ético-político que afecta a la salud, su poder de la acción, que caracteriza trabajar como una forma perversa de inclusión. En un contexto en el que se busca garantizar la inclusión de los jóvenes en el mercado laboral, se aborda otro lado de la cuestión, la realidad de los jóvenes que trabajan, relacionando esta experiencia a las cuestiones de salud y educación para su futuro, teniendo en cuenta la importancia de esta etapa del desarrollo humano.

Palabras clave: salud en el trabajo; la salud de los jóvenes; sufrimiento ético-político; salud mental; trabajo.

ABSTRACT

The article analyzes the experience of young female workers, in the Social-historical Psychology perspective, based on a case study with workers, 17-24 years, of industries on city in the state of São Paulo, Brasil. Discusses how the politics of affectivity at work operates a blockage to liberty and to full development, conforming an ethical-political suffering which affects health, conceived as potency to action, thus characterizing work as a form of perverse inclusion. In a context in which the employment of young workers is considered as a social problem, the present research discusses another side of the question: the reality of young people who are already inserted in the labor market, associating their experience to issues such as health and formation to future, taking into account the importance of this stage of human development.

Keywords: worker's health; health of young; ethical-political suffering; mental health; work.

Introdução

O trabalho do jovem tem sido considerado na atualidade, prioritariamente sob a ótica do emprego, num contexto em que governos de todo o mundo buscam formas de garantir a inserção dos jovens no mercado de trabalho. O presente estudo discute outra face da questão: a realidade de jovens já inseridos no mercado de trabalho, relacionando essa experiência às questões de saúde e formação para seu futuro, considerando-se a importância dessa fase do desenvolvimento humano, em que o indivíduo forma suas concepções do mundo, da sociedade, das pessoas e de si mesmo.

É preciso estar atento aos sofrimentos de diferentes ordens daqueles que iniciam sua inclusão no mundo do trabalho – da saúde física e mental, das relações interpessoais, da felicidade – mas todos com a mesma gênese – a forma perversa de trabalho. É nessa perspectiva que se considera a saúde um indicador da qualidade inclusiva, nesse momento histórico de crise do trabalho¹.

A abordagem psicossocial do tema busca ampliá-lo, visando inserir no debate outros indicadores do trabalho que não sejam só técnicos ou econômicos, mas que incluam a forma como ele afeta a subjetividade.

O estudo aqui apresentado discute a saúde de trabalhadores jovens, como um elemento da dialética exclusão/inclusão social mediada pelo trabalho. Orientado pela Psicologia Sócio-Histórica, analisa o entrelaçamento entre trabalho, exclusão/inclusão e saúde por meio de estudo de caso com jovens trabalhadoras de indústrias de confecção de uma cidade do interior paulista.

A saúde é entendida como potência de ação e força de vida, numa concepção ampliada que incorpora as dimensões ética e afetiva. Para orientar tal concepção, baseia-se nas reflexões da filosofia de Espinosa sobre a afetividade, e na psicologia de Vigotski em sua compreensão da constituição social do sujeito. A saúde é indicador da qualidade de inserção social que o trabalho possibilita; isso significa que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão vivenciado pelos indivíduos. Assim, a saúde torna-se um indicador da qualidade ético-política da sociedade e não só do estado individual.

O trabalho é dimensão fundamental do processo saúde/doença, mas essa relação não é causal, e cada um deles não é uma entidade com suas características materiais e físicas, naturais. Essa relação é afetada por processos sociais, especialmente pelo processo exclusão/inclusão. A relação entre o trabalho e o

processo de inclusão social foi bem analisada por Marx, ao apontar a dimensão da exploração e alienação no trabalho.

Em nossa sociedade capitalista, o trabalho contém uma dialética fundamental. Ele é tido no discurso social, ideológico, como um fator de inclusão das pessoas na sociedade, tendo um caráter de formação; entretanto, o trabalho constitui o elemento de “inclusão perversa” no capitalismo – uma integração adaptativa que gera sofrimento. Como portador da ideologia e valores sociais dominantes, o trabalho serve como instrumento de domesticação do corpo/mente, uma face sombria da inclusão que poderia ser considerada como exclusão da possibilidade de crescimento, de reflexão, de criação, de autonomia, de emancipação, enfim de saúde. Tal bloqueio é especialmente danoso, em se tratando de jovens no início de suas vidas profissionais e sociais.

A qualidade da inserção precoce do jovem no mercado de trabalho pode trazer comprometimento e custo social em longo prazo, perpetuando a pobreza e a desigualdade. Do ponto de vista individual, prejudica o futuro do jovem, seja pela interferência negativa em seus estudos, seja pelo trabalho exercido, em condições precárias, com poucas oportunidades de aprendizado, em atividades auxiliares, sem qualificação específica, que não ajuda ou prejudica o seu desenvolvimento, ou ainda, gera adoecimentos. Nessas condições, o trabalho pode inibir seus projetos futuros e sua potência de ação no mundo, pois, de acordo com Vigotski (1934/2001), o processo de desenvolvimento do pensamento necessita de força motivadora externa, a do meio social, a qual irá desencadeá-lo. É através dos problemas propostos e dos objetivos colocados diante do adolescente que o meio social o motiva ao desenvolvimento do seu pensamento.

Ao mesmo tempo, é o desenvolvimento do pensamento que permite uma maior abertura do adolescente ao mundo externo. O pensamento abstrato é que permite ao indivíduo apreender a realidade, externa e interna, com maior profundidade e verdade, de modo mais completo e diversificado.

A Saúde como potência de ação

O conceito de saúde sofreu várias mudanças ao longo da história. Em geral, os atuais conceitos de saúde incorporam a complexa dimensão do homem, mencionando explicitamente o físico, o psíquico e o social. Concebem a saúde como sendo um estado de equilíbrio nessas três esferas, refletindo um movimento de recusa ao reducionismo biológico e à cisão cartesiana entre corpo e mente.

Em diversos autores (Berlinguer, 1988; Canguilhem, 1995; Laurell & Noriega, 1989; dentre outros) que estudam as questões de saúde, pode-se encontrar a reflexão na direção de romper com a cisão mente-corpo e incorporar a processualidade, ampliando-se a concepção de saúde.

Sawaia (2003) é uma das autoras que amplia essa concepção, introduzindo a dimensão ética. Ela considera que saúde/doença configuram um processo dialético “em que o subjetivo e o objetivo, o ético e o biológico nem estão cindidos, nem se confundem, mas se dilaceram, acrescentam-se, identificam-se e superam-se ao mesmo tempo” (p. 83). Mais do que considerar diferentes esferas, é preciso entender que o ser humano é um todo, que mente e corpo não são apenas esferas que se interrelacionam, que interagem e se influenciam mútua e continuamente, são da mesma substância (Sawaia, 1995, 1999a).

Um filósofo que combateu a cisão mente-corpo foi Espinosa; ele defendia que “a alma e o corpo são um só e mesmo indivíduo, concebido ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão” (1677/1983, p. 152). Para ele, “as ideias da alma são as afecções do corpo” (p. 143).

Essa ontologia complexifica a concepção de saúde e doença, introduzindo outras dimensões, da ética, da história e da processualidade.

No presente artigo, considera-se a saúde como potência de ação, promovendo uma ampliação de sua concepção, incorporando a dimensão ética e afetiva como seus indicadores.

Potência de ação é a capacidade de ser afetado e afetar o outro, num processo de possibilidades infinitas de composição da vida. ... É a unidade do corpo e da mente, configurando uma força que vem da alegria de saber-se causa dos próprios afetos e senhor das próprias percepções e ações. (Sawaia, 2004, p.17)

Como potência de ação, a saúde pode ser compreendida como a capacidade de pensar, sentir e agir, com consciência de si (dos desejos e sentimentos, dos motivos) e consciência do mundo (de sua inserção no humano e do contexto em que se dá essa inserção); uma possibilidade de reflexão da vida e tendo as ações necessárias no mundo, o que inclui a si mesmo.

Tal concepção não pode ser confundida com interpretações baseadas na lógica individualista dominante na sociedade atual, em que o pensar e sentir são tomados como suficientes para uma transformação do indivíduo, levando a um estado de harmonia, e também colocando a saúde sob a responsabilidade única do indivíduo. Essas interpretações desconsideram

os encontros com o outro como condição para a composição/decomposição. Pensar e sentir sem a ação é alienação e pode estar na gênese das depressões reais - ou da tristeza sentida como depressão na sociedade da alegria - e da adaptação submissa.

O sentido ético de saúde não se confunde com o sentido moral da saúde como normalizadora, que orientou campanhas de regeneração física, intelectual e moral, justificando a intervenção sobre corpos e mentes (Foucault, 1996). Como bem explica Sawaia (1999c), saúde é um processo sócio-histórico, portanto também uma questão da ordem da ética:

porque é um processo da ordem da convivência humana. Isso significa que é necessário por no centro das reflexões sobre saúde a ideia de humanidade e, como temática, o sujeito e a maneira como se relaciona com o social (família, trabalho, diversão e sociedade) e, em consequência, falar de saúde é falar de exclusão, temporalidade e afetividade ao mesmo tempo. (p. 53)

Essa autora propõe analisar saúde como potência de ação e força de vida, o que a insere na ordem da ética (Sawaia, 1995). Saúde é entendida, então, como liberdade, possibilidade de ter esperança² e transformá-la em ação, mobilização, emancipação, projeto de vida, e não como ausência de doença. A doença é entendida como sofrimento que revela a injustiça social e a desigualdade na sociedade.

A saúde é indicador da qualidade de inserção social, significando que o processo saúde/doença é expressão concreta no corpo humano do processo de exclusão/inclusão no qual o indivíduo se insere.

Uma das bases da concepção de saúde como potência de ação está na filosofia de Espinosa, para quem “o corpo humano pode ser afetado de numerosas maneiras pelas quais a sua potência de agir é aumentada ou diminuída; e, ainda, por outras que não aumentam nem diminuem a sua potência de agir” (1677/1983, p. 176). Esse filósofo contribui também para a compreensão da saúde ética, pois, para ele, a ética “está enraizada na potência do ser e comandada pelo seu desejo de ser feliz” (Sawaia, 2003, p. 92).

Outra base teórica para essa concepção está na psicologia de Vigotski, em sua compreensão da constituição social do sujeito.

Em seus encontros com o outro, o sujeito é afetado pelos significados e elabora, a partir deles, os sentidos, num processo que não é apenas cognitivo, mas também afetivo e volitivo; tais sentidos podem trazer emoções alegres, ativas, ser potencializadores para a ação – livre, criativa, emancipadora, ou seja, podem representar saúde; ou podem caracterizar-se

como “potência de padecer”, situação em que o sujeito, orientado por emoções tristes e ideias inadequadas³, vive passivo frente ao desejo do outro.

Para Vigotski (1934/2001), sentido refere-se à forma como o sujeito é afetado pelos significados, os quais são constituídos socialmente, revelando um conjunto de valores morais e ideias consensuais, desenvolvidos historicamente.

A liberdade da ação, para Vigotski (1931/1996), está relacionada com a capacidade de sinalização, pois estando liberto da dependência da situação concreta e do meio exterior que a condiciona, abre-se ao homem a possibilidade de criar e mudar as situações, deixando de ser orientado diretamente pelos estímulos externos e internos. Significa, portanto, uma condição essencial para a forma de apreensão do mundo externo e a elaboração da experiência, estabelecendo-se relações e combinações entre os elementos. Essa capacidade desenvolve-se no período a que chamamos de adolescência, e é fundamental ao desenvolvimento da potência de ação, da possibilidade de agir sobre a realidade para transformá-la.

A concepção de saúde, portanto, deve considerar a necessidade de expansão como crucial na questão da conservação, como nos coloca Espinosa. Não se trata de conservação biológica da matéria somente; trata-se de viver com liberdade, a qual propicia a expansão.

A saúde como potência de ação tem o sentido de ter ações para colocar a vida em movimento, transformando-a para a não cristalização do ser, para a sua expansão. É, portanto, atuar como causa e não como efeito. Mas isso não é capacidade que emana do indivíduo, é capacidade processual decorrente dos encontros, isso é, é processo sócio-histórico que coloca o indivíduo inserido no mundo de relações que é a vida humana – relações com outros corpos: pessoas, natureza, sociedade.

Saúde, portanto, não é estado de equilíbrio, que leva à acomodação da adaptação, à sujeição dos acontecimentos que gerem tristezas. Saúde é viver a tensão da inadaptação e transformá-la em ação para mudar, para resolver problemas, para o movimento da vida; são emoções alegres de quem se concebe dono da própria vida e com a consciência de que ela não ocorre com o indivíduo isolado em redomas de vidro. A vida pressupõe encontros.

No contexto capitalista da exclusão/inclusão, o trabalho é redenção e maldição, podendo ser considerado, então, como encontro que poderá compor (aumentar a potência) expandindo o conatus⁴ ou decompô-lo (diminuir a potência). O que expande o meu conatus é o que compõe com a minha natureza;

o trabalho, portanto, só compõe quando possibilita a liberdade, pois, nessa condição, ele terá a mesma finalidade do ser.

Nos encontros, nas experiências com o outro, o indivíduo aprende os significados, construídos socialmente, sobre trabalho, que ele é valor maior, define a identidade, dignifica, enfim, o seu significado de redenção e que, portanto, compõe com a sua potência. Mas sua experiência pessoal e a de seu grupo familiar o afetam diferentemente, de forma a constituir outros sentidos, à medida que deprime ou aumenta a potência de ação. Não há uma determinação mecânica e homogênea da sociedade e seu modo de produção sobre os sujeitos, e nem a mediação do significado consegue homogeneizar as experiências, daí a importância do conceito de sentido de Vigotski, para se conhecer a vivência dos processos de trabalho e sua determinação no processo saúde/doença.

A saúde é, portanto, afetada pela dialética exclusão/inclusão, e no trabalho essa afecção pode se caracterizar como sofrimento “ético-político”, conforme concepção de Sawaia (1999a):

O sofrimento ético-político abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, em que dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, ... retrata a vivência cotidiana das questões sociais, dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e expressar desejo e afeto. (p. 104)

A saúde de trabalhadores jovens é abordada em diversos estudos, tanto com relação ao comprometimento do crescimento e desenvolvimento, quanto a riscos ocupacionais específicos, advindos principalmente da penosidade do trabalho aliada às condições perigosas e insalubres. Os estudos também destacam o cansaço e a desmotivação como consequências importantes aos jovens que trabalham, sobretudo em função de muitas vezes conciliarem escola e emprego (Asmus, Raymundo, Barker, Pepe, & Ruzany, 2005; Franklin et al., 2001; Minayo-Gomez & Meirelles, 1997; Ministério da Saúde do Brasil, 2005; Oliveira, Fischer, Amaral, Teixeira, & Sá, 2005; Organização Internacional do Trabalho [OIT], 1987; Silveira, 2003; dentre outros).

A maioria dos estudos refere-se às crianças e adolescentes e apontam consequências graves do trabalho precoce para a vida adulta. Esses estudos são importantes, quando se analisa o trabalho dos jovens, pois grande parte iniciou suas atividades produtivas na infância ou adolescência e não após os 18 anos.

O trabalho do jovem, mais do que lhe retirar a possibilidade de outras experiências (como afirmam muitos estudos), pode constituir uma experiência prejudicial ao seu desenvolvimento, impondo barreiras aos estímulos necessários.

A literatura mostra que os jovens no trabalho podem estar numa situação de inclusão perversa, porque a saúde, em termos clássicos, está comprometida. Compreendendo esse comprometimento em termos mais complexos, pode-se dizer que, sob determinadas condições, o trabalho tira dos jovens a sua potência de ação.

O trabalho no contexto da dialética exclusão/inclusão

O contexto do mundo do trabalho, particularmente no Brasil, continua configurando-se como importante fonte de afecção na sociedade, sendo, portanto, também importante compreendê-lo do ponto de vista ético-afetivo e na contraditoriedade que o constitui, expansão/conservação, imbricado na dialética exclusão/inclusão.

A transmutação da exclusão em inclusão, isto é, quando ela é vivida como inserção social, gera diversos efeitos perversos, em que há uma integração adaptativa, gerando sofrimento e humilhação (Sawaia, 1999b). É o que pode ocorrer no trabalho, que significa inserção social, mas, em muitos casos, essa inclusão se caracteriza como perversa, face às condições de trabalho e de vida a que o trabalhador está submetido. Se, por um lado, as inovações tecnológicas reduziram a exposição a alguns riscos ocupacionais em determinados ramos de atividade, tornando o trabalho nesses ambientes menos insalubre e perigoso, paralelamente, outros riscos foram gerados, como: intensificação do trabalho e/ou aumento da jornada de trabalho, acúmulo de funções, descumprimento de regulamentos de proteção à saúde e de segurança, rebaixamento dos níveis salariais e aumento da instabilidade no emprego e da violência moral.

A inserção no emprego possibilita, principalmente, a inclusão no consumo e garante a manutenção do sistema capitalista, mas não assegura a expansão do ser, particularmente quando se considera

a dimensão afetiva do trabalho, que é constituinte não só da relação homem-trabalho, mas também da reprodução dos modos de produção historicamente dominantes.

Essa dimensão, aqui denominada “política de afetividade”, é compreendida como uma força reguladora da subjetividade que impede o aumento do *conatus*, modelando comportamentos, vontades e necessidades, utilizando-se do afeto para essa regulação. Parte-se da tese de que uma das principais formas de submeter os homens às condições de trabalho alienantes é a disciplinarização das emoções; essa política visa favorecer a alienação e a servidão, utilizando-se do afeto para essa regulação nas relações de trabalho. Como aponta Sawaia (2004), com base em reflexões de Espinosa, “é por meio das paixões tristes, assim como da humilhação e da superstição, que o indivíduo submete-se ao desejo e à vontade dos outros, inibindo a sua própria capacidade de agir e pensar livremente”.

No trabalho, pode-se verificar que sempre esteve presente a política de afetividade, que é inerente à reprodução dos modos dominantes de produção.

Na atualidade, a política da afetividade continua operando, na ainda presente organização do trabalho, nos moldes propostos por Taylor em inícios do século XX e em suas versões atualizadas, que operam de modo mais sutil na submissão de corpos e mentes, como apontam diversos autores (Antunes, 1998; Barreto, 2003; Bernardo, 2009; Dias, 1995; Gonçalves Filho, 1998; Seligmann-Silva, 1994, 2011). O toyotismo, por exemplo, é tido como o representante da nova versão da dominação no trabalho, com um modo de operação mais cruel, utilizando-se da afetividade no processo manipulatório (Antunes, 1998).

Nesse contexto, o trabalho deixa de operar como meio de expansão e meio propício ao desenvolvimento, existindo como fonte de sofrimento e impedimento à saúde, entendida como potência de ação.

No século XVII, Espinosa já se preocupava com essa questão obviamente não se referindo diretamente às relações de trabalho, mas às relações de poder. Ao refletir sobre a teologia e a ética, esse filósofo trata da questão da dominação pela via do afeto: na experiência de paixões tristes, o homem abre mão de sua autonomia, numa vivência passiva, em que a potência de ação está diminuída. Os afetos tristes e a prática autoritária caminham sempre juntos, e a dominação se realiza de modo perfeito, quando a figura do dominador não está visível, quando a autoridade do outro foi interiorizada, na forma de vergonha, culpa e humilhação. O dominado se identifica com ela, agindo

por uma obediência que se tornou espontânea, pois não necessita da presença do outro, da autoridade externa.

Para Vigotski (1931/1996) - um admirador das ideias monistas de Espinosa e que procurou introduzi-las nas reflexões sobre desenvolvimento humano e relação objetividade/subjetividade - a capacidade de sinalização é base da liberdade e da singularidade. A imaginação e a criação permitem ao homem libertar-se das determinações sociais, das leis da natureza e dos tiranos, porque possibilita a elaboração da experiência, a partir da liberdade de pensamento e ação, levando-o à reflexão e à consciência, liberto da dependência da situação concreta e do meio exterior que a condiciona. É a sinalização, portanto, que possibilita a expansão do ser, além de sua conservação.

Dessa forma, as emoções relacionam-se às ações políticas dos homens, favorecendo a submissão e a servidão ou a autonomia. As emoções tristes fragilizam a pessoa, fazendo-a abrir mão de sua autonomia e de seus direitos; a esperança - como espera passiva - faz com que ela deposite no outro a possibilidade de ação para transformar a situação. Ambas as emoções deprimem o conatus, a potência de vida, fazendo com que o indivíduo passe da autonomia à heteronomia.

Configura-se, então, uma situação de não liberdade, onde o homem sente conforme as ideias que comanda/domina, onde há um distanciamento dos próprios afetos, da sua singularidade, fazendo com que a pessoa se torne serva de vontades externas, ao invés de sentir pelas afecções do próprio corpo, conforme explica Espinosa. É uma perda de si mesmo, segundo nos mostra Marx (1867/1971) ao falar do trabalho alienado.

A política da afetividade opera como uma forma de submeter corpos e mentes no trabalho, uma instrumentalização das emoções que produzem “emoções tristes” nos trabalhadores, permitindo a exploração de corpos passivos, escravos do desejo do outro.

Tal contexto de trabalho é especialmente danoso em se tratando de jovens, conforme já mencionado neste artigo.

A concepção de trabalho, que o valoriza como fator de proteção à criança e ao adolescente, por tirá-los da ociosidade e possível delinquência, e porque dignifica o homem, é dirigida às classes mais pobres, sendo geralmente incorporada por suas famílias.

Existem, aproximadamente, dois grupos distintos de jovens em nossa sociedade: o daqueles que se preparam para uma profissão a ser assumida no futuro, na vida adulta, e que têm a juventude

prolongada; e o daqueles que assumem, precocemente, responsabilidades e papéis de adulto. A vivência do trabalho como redenção ou maldição está também associada à classe social e, em decorrência, ao tipo de trabalho exercido.

Jovens operárias e o sofrimento no trabalho

A discussão a seguir é parte dos achados de um estudo realizado com jovens trabalhadoras (Dias, 2007), de uma cidade do interior do estado de São Paulo, empregadas em indústrias de confecções. A pesquisa buscou compreender a vivência das jovens no trabalho e a qualidade dessa inserção; utilizou-se o estudo de caso como estratégia metodológica, e foram entrevistadas cinco jovens, entre 17 e 24 anos.

A coleta de dados com as jovens foi realizada com entrevistas individuais abertas, gravadas e posteriormente transcritas. A análise dos dados foi orientada, primeiramente, pela busca das unidades temáticas emergentes, relacionadas a trabalho, cotidiano, futuro, sofrimentos e alegrias, e, a partir delas, com a mediação da teoria, realizou-se a análise de subtexto, na sua relação com o contexto e significados dominantes. A análise possibilitou uma aproximação com os sentidos⁵ revelados pelas jovens entrevistadas.

No estudo realizado, pôde-se apreender o sofrimento singular de cada uma das jovens trabalhadoras, e como ele é a expressão coletiva de um sofrimento ético-político.

As entrevistadas revelaram que o cotidiano de trabalho é difícil, desanimador e diminui a potência de ação. Falaram da pressão que sofriam para produzirem cada vez mais, da atividade que exigia esforço físico, das relações de trabalho humilhantes e competitivas que lhes tiravam qualquer satisfação e energia, em empregos que não proporcionavam bons encontros.

Elas estão incluídas no mercado de trabalho, com empregos formais, e apesar dessa situação, almejada por muitos na sociedade atual, revelam um sofrimento que pode ser entendido como decorrente da inclusão perversa que o trabalho medeia.

O emprego formal é como um atestado de capacidade na sociedade individualista e competitiva atual, na qual os indivíduos são responsabilizados, ou melhor, culpabilizados, por questões do sistema: há uma crise mundial do emprego, com drástica redução de postos de trabalho, como resultado de diversos aspectos do capitalismo avançado. Contudo, a ilusão da ascensão social e melhoria da qualidade de vida, como decorrente

somente de um esforço individual no trabalho, permanece no imaginário da maioria da população.

A história de Patrícia⁶ (23 anos - começou a trabalhar aos 12) revela como o emprego é elemento central na família, uma vez que, em função do seu emprego, toda a família mudou-se do interior do estado de Minas Gerais para a cidade onde ela morava. Essa situação demonstra uma mudança no padrão de conduta, pois não é mais o trabalho do chefe de família o mais importante, mas o trabalho da jovem que dá sustentação à família. Essa condição fez com que Patrícia assumisse responsabilidades e suportasse um trabalho que a entristece.

Viviane (17 anos - começou a trabalhar aos 15) também revela esse valo, ao dizer que preencheu ficha na empresa, apenas para verificar se seria capaz de conseguir um emprego formal. Conseguiu, mas ele não era exatamente o que ela imaginava; o trabalho, assim como sua inserção social, são fontes de sofrimento.

Muitas das entrevistadas falam do trabalho atual como sendo o possível, aquele que conseguiram: *“que só tô lá porsei lá, não consegui outra coisa”*, como diz Daniela (24 anos; começou a trabalhar aos 16 anos).

O trabalho é necessário para a sobrevivência, para *“pagar as despesas”*, por isso *“aguentam”*, mas para *“ir levando”* o trabalho e a vida; há uma adaptação que gera sofrimento, que às vezes se concretiza no desenvolvimento de doenças, mas que não se limita à dor. A dor física também tem que ser suportada até ultrapassando limites do próprio corpo, e se caracteriza dessa forma também como humilhação. Mas há, igualmente, o sofrimento pela humilhação: a direta nas relações interpessoais dentro da empresa; e a indireta, por ter um trabalho esvaziado de conteúdo, por não ter um trabalho *“digno”* - *“não tem o que tirar nada, o que eu aprendo lá não é uma coisa que você vai levar pra casa pra pensar, refletir”* (Patrícia).

Os sentimentos de vergonha e humilhação levam a um sonho de inclusão digna, pelo trabalho e pelo estudo, porém configura-se para a maioria das entrevistadas como esperança passiva, sem nenhum projeto ou ação para sua realização. Apenas duas das entrevistadas têm um projeto de futuro, vagamente delineado quanto aos estudos, com ações concretas para alcançar o sonho, ainda que tímidas e talvez vinculadas a uma ilusão. Esse aspecto é um dos indicativos de que o desenvolvimento das jovens está inibido, pois os projetos de vida dependem também da fantasia e da imaginação, que permitem a antecipação do futuro e a aproximação criativa da sua realização, uma das características do desenvolvimento saudável.

A vivência do sofrimento não se restringe ao trabalho, mas a todo o contexto de vida, no qual o trabalho se insere. Revela-se na tristeza, na irritação, na doença, no medo das condições do local de moradia, na vergonha do tipo de emprego dos pais e dos próprios limites do consumo e do lazer, dos limites da educação formal, enfim do cotidiano de carências e privações. A família, a escola e o lazer podem ser elementos que contribuem para a resistência à inclusão perversa, mas não é o que ocorre com as jovens entrevistadas. Há uma limitação da vida como um todo, então não há espaços de compensação ao trabalho gerador de sofrimento.

A dor física até justifica a desistência de um emprego que não agrada, como no caso de Denise (19 anos; começou a trabalhar aos 17 anos). Se não tivesse desenvolvido uma doença no trabalho, talvez ainda estivesse suportando um trabalho que, como ponto positivo, segundo ela, tinha apenas o fato de que operava um computador para imprimir etiquetas. Mas a questão não é do acesso ao computador, que inclusive ela tem em casa. A questão é encontrar um motivo positivo que valorize o seu trabalho, para que ele não seja apenas um gerador de doença. Afinal, ela sente que *“já tem 19 anos”*, e o trabalho é o que dignifica o homem e o inclui na sociedade.

O trabalho das entrevistadas pode proporcionar aprendizados pontuais, o aprender a fazer, mas não tem uma contribuição real para o desenvolvimento. O desenvolvimento da capacidade de sinalização, caracterizada principalmente pela capacidade de abstração e pensamento em conceitos, o qual ocorre na adolescência, ao invés de ser estimulado é impedido pelo trabalho repetitivo e fragmentado que consiste em realizar operações, o que é reforçado pela escola, pela família e pela ausência de outros encontros.

No caso dos jovens entrevistadas, a atividade profissional insere-se no seu meio social, mas ao invés de contribuir para o desenvolvimento, em verdade ela atua negativamente, ou seja, impede-o, com suas atividades empobrecidas num trabalho *“taylorizado”*. Sem a liberdade interna do pensamento, da ação e do conhecimento, que são alcançados com o domínio do pensamento em conceitos, não há possibilidade da imaginação e criatividade, as quais permitem a conduta livre das situações concretas, a criação e a transformação das situações. O desenvolvimento minado na adolescência gerará adultos sem potência de ação.

As palavras de Vigotski (1934/2001) são claras nesse sentido:

Onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva

nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com um extremo atraso. (p. 171)

Na mesma linha de argumentação, poder-se-ia pensar, contudo, que o trabalho precoce possa trazer à vida do adolescente motivos que favoreçam o seu desenvolvimento, até mesmo acelerando-o, uma vez que oportunize uma experiência de vida com novas exigências e aprendizados. Esse, sem dúvida, é o argumento presente na ideologia do trabalho, como elemento de formação dos indivíduos, dirigido às pessoas de classes sociais mais baixas.

Na contra-argumentação, é inevitável lembrar qual é o trabalho vivido pelas operárias desta pesquisa: o trabalho repetitivo, fragmentado, rotinizado, instrumentalizado, isto é, desprovido do sentido genérico da atividade humana. Um trabalho que tem o sentido de sofrimento para elas. Esse trabalho pode levar, no máximo, a um aprendizado de habilidades especializadas, assim como ocorre no sistema escolar, segundo Vigotski (1931/2002, 2004), e essa é uma condição que limita o desenvolvimento ao invés de estimulá-lo. Como bem explica Vigotski, aprendizagem e desenvolvimento inter-relacionam-se, mas não formam um processo único, e a aprendizagem real deve conduzir ao desenvolvimento.

Nesse caso, os estímulos apresentados pelo trabalho não são favoráveis ao desenvolvimento do jovem e podem, inclusive, anular outros motivos positivos em sua formação, quando configuram sofrimento ético-político.

As jovens entrevistadas nessa investigação viviam esse sofrimento ético-político, traduzido na potência de padecimento, promovida pela dialética exclusão/inclusão, que é revelada no medo, na falta de projeto de futuro, nas doenças apresentadas – como LER/DORT e DEPRESSÃO⁷.

A maioria delas traz o sofrimento no trabalho pela doença e pelas humilhações, mas, em nenhum momento, questionam o tipo de atividade que realizam em seus empregos. Almejam um emprego com menor grau de sofrimento, de um modo que parece indicar que o que esperam é uma completa adaptação.

Na entrevista, Patrícia aparenta estar sem forças, sem potência, mas é a única das entrevistadas que questiona sua atividade. Por um lado, porque deseja uma inclusão mais digna, sente-se excluída, mas, por outro lado, pode indicar um incômodo, uma não adaptação, uma potência de ação. Ela é também a única que tem um projeto de vida, ainda que sua

construção em ações seja talvez insuficiente para alcançar a meta.

Mas será que tem o sentido de saúde a completa adaptação à situação de trabalho e de vida?

Por outro lado, pode-se fazer outra análise: a de que todas as jovens revelam na doença um sinal de sofrimento, mas, ao mesmo tempo, uma reação a ele, um sinal de não adaptação e submissão total, um sinal de que não suportaram, pelo menos em algum momento, o “não humano” que lhes é exigido no trabalho. Isso indicaria a possibilidade de expansão e recuperação da potência de ação, mas essa possibilidade depende também das condições materiais e psicológicas necessárias ao surgimento da criatividade. Como leciona Vigotski (2003),

o ser que se encontra plenamente adaptado ao mundo que o rodeia, nada poderia desejar, não experimentaria nenhum afã e, certamente nada poderia criar. Por isso na base de toda ação criadora reside sempre a inadaptação, fonte de necessidades, anseios e desejos.⁸

As duas linhas de pensamento, embora possam parecer excludentes, na verdade revelam possibilidades do momento de vida das entrevistadas e indicam sua necessidade de acompanhamento posterior, não simplesmente para verificação do desenvolvimento de suas vidas, mas para contribuir no sentido do desenvolvimento da potência de ação⁹.

Considerações finais

A análise dos dados demonstrou que, para as jovens entrevistadas, sua inclusão no processo de produção tem o sentido de sofrimento ético-político, caracterizando-se como inclusão perversa, que lhes permite a inserção na produção e no consumo, mas que impede o desenvolvimento pleno do seu potencial humano, uma vez que não se trata de uma atividade de criação e, sim, uma atividade repetitiva e mecânica, que não lhes provê um meio de expansão da liberdade e da felicidade. No momento em que o jovem necessita condições para a abertura de horizontes, de novas conquistas, para exercer sua criatividade e assim viver e apreender o mundo, tem esse processo de transição bloqueado por diversas instituições da sociedade, entre as quais se destaca o trabalho e os nexos que ele estabelece com as demais.

A potência de ação é prejudicada, à medida que a inserção dessas jovens no trabalho bloqueia o seu desenvolvimento ao prejudicar sua capacidade de pensar por conceitos, que constitui a base da criatividade humana e, portanto, do desejo, do sonhar

e do agir para transformar. Em outras palavras, a saúde dessas jovens foi minada desde a sua base, conformando uma situação prejudicial para toda a vida, ainda que as doenças atuais sejam sanadas.

É imprescindível e urgente, portanto, que as políticas públicas e as ações da sociedade civil se voltem para a qualidade da inserção social, principalmente do jovem, propiciando condições para que a mediação do trabalho na dialética exclusão/inclusão não bloqueie ou impossibilite, mas ofereça experiências fortalecedoras da resistência e capacidade de transformação, possibilidades de pleno desenvolvimento.

Quanto mais as experiências cotidianas puderem estimular a potência de ação dos jovens, maiores serão as condições para as transformações necessárias. Serão possíveis, então, as microações no âmbito das relações intersubjetivas, que podem ocorrer nas escolas, nos serviços de saúde, nas empresas e em todos os lugares onde pessoas se encontrem. Para tanto, é necessário que haja profissionais críticos e conscientes, com potência de ação, promovendo bons encontros nos diversos lugares de vida. Mas, também são necessárias as macroações, no âmbito de políticas públicas que viabilizem condições para a ocorrência dos bons encontros, como nos sistemas escolar e de saúde, por exemplo.

Notas

- ¹ Refere-se a mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho, a partir do final do século XX, as quais podem ser caracterizadas pela redução quantitativa de postos de trabalho na indústria e um aumento do trabalho assalariado no setor de serviços, ao lado da incorporação do trabalho das mulheres e exclusão dos mais jovens e mais velhos, e da intensificação da “subproletarização”, com trabalho parcial, temporário, subcontratado, precário, terceirizado. Esse quadro impulsiona para duas tendências opostas: de um lado, para uma maior qualificação do trabalho - exigência das mudanças nos processos de produção, decorrentes do avanço científico e tecnológico, havendo a “intelectualização do trabalho” - e, de outro, para uma maior desqualificação dos trabalhadores. “O mais brutal resultado dessas transformações é a expansão ... do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global. ... Há um processo de maior heterogeneização, fragmentação e complexificação da classe trabalhadora” (Antunes, 1998, pp. 41-42).
- ² Esperança, numa concepção espinosana, apresenta duas faces: como emoção alegre, que motiva a ação para transformação; e como emoção triste, passiva, que espera/ aguarda do outro a ação para a mudança.
- ³ Ideia inadequada, para Espinosa, refere-se a uma compreensão desvinculada de suas premissas, ou causas; envolve o mais baixo grau da potência de compreender.
- ⁴ Conatus: força interna para permanecer na existência, conservando e expandindo seu estado.

- ⁵ Sentido conforme a concepção de Vigotski: a lei fundamental da dinâmica do significado das palavras é o enriquecimento que recebem do sentido, a partir do contexto. Citando Paulhan, Vigotski diz que “o sentido de uma palavra é a soma de todos os fatos psicológicos que ela desperta em nossa consciência” (1934/2001, p. 465). O sentido é um fenômeno complexo e dinâmico, tem caráter variável, pois depende do contexto, enquanto o significado é mais estável e uniforme. Os sentidos são transmitidos através das palavras e revelam a base afetivo-volitiva do indivíduo que constitui o subtexto de nossas falas (nossos interesses, necessidades, desejos e emoções). É na análise que poderemos compreender a tendência afetivo-volitiva do pensamento, o subtexto da fala, a parte que ficou oculta, uma vez que a fala nunca expressa o pensamento em sua totalidade.
- ⁶ Os nomes das entrevistadas são fictícios e foram escolhidos por elas mesmas no momento da entrevista.
- ⁷ Conforme diagnósticos e tratamento realizados em serviço especializado de Saúde do Trabalhador, onde as entrevistadas fizeram ou faziam acompanhamento.
- ⁸ Tradução da autora. Obra acessível em versão digitalizada, razão pela qual não é possível indicar numeração de páginas.
- ⁹ Esse acompanhamento foi realizado por um período, através do serviço de saúde do SUS no qual trabalhava a pesquisadora.

Referências

- Antunes, R. (1998). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (5ª ed.). São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Ed. Unicamp.
- Asmus, C. I. R. F., Raymundo, C. M., Barker, S. L., Pepe, C. C. A., & Ruzany, M. H. (2005). Atenção integral à saúde de adolescentes em situação de trabalho: lições aprendidas. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 953-960.
- Barreto, M. M. S. (2003). *Violência, saúde e trabalho: uma jornada de humilhações*. São Paulo: EDUC.
- Berlinguer, G. (1988). *A doença* (V. Gawryszewski, Trad.). São Paulo: CEBES-HUCITEC.
- Bernardo, M. H. (2009). *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do toyotismo a partir da vivência de trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular.
- Canguilhem, G. (1995). *O normal e o patológico* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Dias, M. D. A. (1995). *Saúde do trabalhador: uma questão de cidadania. Estudo de caso com portadores de Lesões por Esforços Repetitivos (LER)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Dias, M. D. A. (2007). *A saúde de trabalhadores jovens como indicador psicossocial da dialética exclusão/inclusão. Estudo de caso com jovens operárias em indústrias de confecção*. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Psicologia Social, PUC-SP, São Paulo.
- Espinosa, B. (1983). Ética. In B. Espinosa, *Pensamentos metafísicos; Tratado da correção do intelecto; Ética; Tratado político; Correspondência* (M. S. Chaui et al., Trans., 3ª ed., pp. 73-299, Coleção Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural. (Original publicado em 1677)
- Foucault, M. (1996). *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Franklin, R. N., Pinto, E. C. M. M., Lucas, J. T., Linné, M., Peixoto, R., Sauer, M. T. N., Silva, C. H., & Nader, P. J. H. (2001). Trabalho precoce e riscos à saúde. *Adolescência Latinoamericana*, 2(2), 80-89.
- Gonçalves Filho, J. M. (1998). Humilhação social – um problema político em psicologia [Versão eletrônica]. *Revista de Psicologia da USP*, 9(2), 11-67.
- Laurell, A. C. & Noriega, M. (1989). *Processo de produção e saúde: trabalho e desgaste operário* (A. Cohn, A. Pitta-Hoisel, A. I. Paraguay, & L. H. Barbosa, Trans.). São Paulo: Hucitec.
- Marx, K. (1971). *O capital* (Livro I, Vol. 1). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. (Original publicado em 1867)
- Minayo-Gomez, C. & Meirelles, Z. V. (1997). Crianças e adolescentes trabalhadores: um compromisso para a saúde coletiva. *Cadernos de Saúde Pública*, 13(Supl. 2), 135-140.
- Ministério da Saúde do Brasil. (2005). *Trabalho infantil: diretrizes para a atenção integral à saúde de crianças e adolescentes economicamente ativos*. Brasília, DF: Autor.
- Organização Internacional do Trabalho. (1987). Children at work: Special health risks. *Technical Report Series*, 765, 5-47.
- Oliveira, D. C., Fischer, F. M., Amaral, M. A., Teixeira, M. C. T. V., & Sá, C. P. (2005). A positividade e a negatividade do trabalho nas representações sociais de adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 125-133.
- Sawaia, B. B. (1995). Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos. In S. T. M. Lane & B. B. Sawaia (Orgs.), *Novas veredas da Psicologia Social* (pp. 45-53). São Paulo: Brasiliense.
- Sawaia, B. B. (1999a). O sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 97-118). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (1999b). Introdução: exclusão ou inclusão perversa? In B. B. Sawaia (Org.), *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social* (pp. 7-13). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Sawaia, B. B. (1999c). Afectividad y temporalidad en el cuerpo teórico metodológico de la Psicología Social: una reflexión sobre el proceso de salud y enfermedad. *Revista da AVEPSO*, Caracas-VE, 21, 53-64.
- Sawaia, B. B. (2003). O sentido ético-político da saúde na era do triunfo da tecnobiologia e do relativismo. In P. Goldenberg, R. M. G. Marsiglia, & M. H. A. Gomes (Orgs.), *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde* (pp. 83-94). Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Sawaia, B. B. (2004). Affectivity as an ethical-political phenomenon and locus for critical epistemological reflection in Social Psychology. *International Journal of Psychology*, 9, 167-210.
- Seligmann-Silva, E. (1994). *Desgaste mental no trabalho dominado*. Rio de Janeiro: UFRJ/Cortez.
- Seligmann-Silva, E. (2011). *Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo*. São Paulo: Cortez.
- Silveira, R. C. P. (2003). *As crianças e os adolescentes acidentados no trabalho e atendidos em uma unidade distrital de saúde em Ribeirão Preto (SP)*. Dissertação de Mestrado, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto.
- Vigotski, L. S. (1996). *Paidología del adolescente. Obras Escogidas* (Vol. 4). Madrid: Visor. (Original publicado em 1931)
- Vigotski, L. S. (2001). *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1934)
- Vigotski, L. S. (2002). *A formação social da mente. O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores* (J. Cipolla Neto, L. S. M. Barreto, & S. C. Afeche, Trans., 6 ed.). São Paulo: Martins Fontes. (Original publicado em 1931)
- Vigotski, L. S. (2003). *La imaginación y el arte en la infancia* [Obra digitalizada]. Madrid: Akal.
- Vigotski, L. S. (2004). *Psicologia pedagógica* (2ª ed.). São Paulo: Martins Fontes.

Agradecimento

Ao CNPq, pela bolsa de doutoramento concedida através do Programa de pós-graduação em Psicologia Social da PUC-SP em 2007.

Submissão em: 23/01/2012

Revisão em: 28/04/2013

Aceite em: 11/08/2013

Maria Dionísia do Amaral Dias é Psicóloga, doutora em Psicologia Social pela PUC-SP, docente do Departamento de Saúde Pública da Faculdade de Medicina de Botucatu/UNESP. Endereço: Distrito de Rubião Junior, s/nº. Anexo Verde, segundo andar. Botucatu/SP, Brasil. CEP 18618-970 E-mail: dionisia@fmb.unesp.br